



AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DE GOVERNOS MUNICIPAIS BRASILEIROS NA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA POR FUNÇÕES DE GOVERNO

ASSESSMENT OF THE PERFORMANCE OF BRAZILIAN MUNICIPAL GOVERNMENTS IN THE BUDGET EXECUTION OF THE EXPENDITURE PER GOVERNMENT FUNCTION

Maurício Corrêa da Silva ⁽¹⁾

José Dionísio Gomes da Silva ⁽²⁾

Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN, Natal, RN

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é avaliar o desempenho dos gestores públicos municipais na alocação dos recursos financeiros por meio da execução orçamentária da despesa em funções de governo, segundo a classificação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), com métrica de gestão por índice. O método utilizado foi o empírico-analítico. O aspecto temporal para a análise de dados abrangeu o período de treze exercícios financeiros (2002 a 2014) com o critério de avaliação da eficiência alocativa. Os resultados revelaram, com base no desempenho apurado pelo Índice de Desempenho de Funções de Governo (IDFG), que os municípios de São Bernardo do Campo (SP), Rio de Janeiro (RJ) e Santos (SP) se destacaram com os melhores desempenhos (mais eficientes) dos municípios avaliados (avaliação comparativa das preferências alocativas dos recursos financeiros nas 19 funções de governo de competência dos gestores públicos municipais para atender as necessidades da população) e nas últimas posições (menos eficientes), ficaram os municípios de São Gonçalo (RJ), Aparecida de Goiânia (GO), Montes Claros (MG) e Feira de Santana (BA). Pode-se afirmar que, do ponto de vista social, os resultados podem ser utilizados como forma de reduzir as assimetrias de informação para ampliar as possibilidades do conhecimento dos cidadãos para poderem exercer um dos seus direitos: o controle social. Como principal contribuição, tem-se a elaboração de instrumento de avaliação de desempenho de gestores públicos por índices para medir inputs, operacionalizada por funções de governo nas diversas áreas de intervenção, que pode ser adaptada para medir outputs e outcomes em políticas públicas.

Palavras-chave: execução orçamentária da despesa; funções de governo; avaliação de desempenho; municípios; métrica quantitativa.

ABSTRACT

The aim of this research is to assess the performance of municipal public managers in the allocation of financial resources through the budget execution of the expenditure in government functions, according to the classification of the Ministry of Planning, Budget and Management (MPOG), with index-based management metric. The method used is the empirical-analytical one. The time aspect for the analysis of the data encompassed the period of thirteen financial exercises (2002 to 2014) with the criterion of assessment of the allocative efficiency. The results revealed, based on the performance measured by the Government Function Performance Index (IDFG), that the municipalities of São Bernardo do Campo (SP), Rio de Janeiro (RJ) and Santos (SP) stood out with the best performances (more efficient) of the assessed municipalities assessed (comparative assessment of the allocative preferences of the financial resources in the 19 government functions under the responsibility of the municipal public managers aimed at fulfilling the needs of the population) and in the last positions (less efficient) were the municipalities of São Gonçalo (RJ), Aparecida de Goiânia (GO), Montes Claros (MG) and Feira de Santana (BA). One may state that, from the

social point-of-view, the results may be used as a means of reducing the information asymmetries in order to expand the possibilities of awareness of the citizens so that they can exercise one of their rights: the social control. As the main contribution is the development of a tool for assessing the performance of public managers per indexes in order to measure inputs, operationalized per government functions in the different areas of intervention, which may be adapted to measure outputs and outcomes in public policies.

Keywords: budget execution of the expenditure; government functions; performance evaluation; municipalities; quantitative metrics.

INTRODUÇÃO

As ações governamentais concretizadas em programas, projetos, atividades e operações especiais do governo federal, governos estaduais, governo distrital e governos municipais são registradas com o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público com a denominação de função, conforme instruções contidas na Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG (BRASIL, 1999).

Os orçamentos dos municípios passaram a cumprir as exigências da discriminação por funções de governo (legislativa, judiciária, saúde, educação etc.) a partir do exercício financeiro de 2002 e os Estados, o Distrito Federal e a União, a partir de 2000. Esse procedimento dá uma visão geral da aplicação dos recursos públicos no atendimento das necessidades da população.

Secchi (2013) esclarece que o conceito de política pública é abstrato e que uma forma didática de esclarecer um conceito é utilizar exemplos. Assim são exemplos de operacionalizações de políticas públicas nas diversas áreas de intervenção: saúde; educação; segurança, gestão; meio ambiente; saneamento; habitação; previdência social etc. Para Agum, Riscado e Menezes (2015), a política pública envolve aspectos da política no sentido da *politics* (atores), da sociedade e das instituições políticas.

As entidades públicas devem avaliar os seus programas para certificarem que os

seus resultados sejam atingidos. As avaliações podem ser realizadas pelas próprias entidades ou pelos cidadãos. O desempenho do gestor público de forma eficiente é uma exigência constitucional (SILVA, 2016).

Segundo Saravia (2006), a avaliação é a área de política pública que mais se tem desenvolvido nos últimos tempos. A avaliação consiste na mensuração e análise, a *posteriori*, dos efeitos produzidos na sociedade pelas políticas públicas, especialmente no que diz respeito às realizações obtidas e às consequências previstas e não previstas.

A utilização de indicadores de desempenho para aferir os resultados alcançados pelos administradores é uma metodologia que está relacionada ao conceito de gerenciamento voltado para resultados. Na auditoria operacional, os indicadores de desempenho são usados para medir economicidade, eficácia, eficiência e efetividade, conforme esclarecimentos do Tribunal de Contas da União - TCU (BRASIL, 2010).

A avaliação de desempenho para Helden, Johnsen e Vakkuri (2008) é entendida como um instrumento para indicar eficiência, eficácia e equidade no contexto do setor público. É utilizada principalmente para aumentar a racionalidade na tomada de decisão nas organizações, além de auxiliar na prestação de contas, no planejamento e controle.

Avaliações de desempenhos são essencialmente comparativas e um conjunto de dados isolados não diz nada a respeito do desempenho de uma entidade. Devem ser feitas comparações com metas ou padrões, ou realizada uma comparação com os resultados atingidos em períodos anteriores (BRASIL, 2010).

A palavra desempenho, segundo o MPOG (BRASIL, 2009), é um termo sujeito a inúmeras variações semânticas e conceituais e segundo uma abordagem abrangente, o desempenho pode ser compreendido como esforços empreendidos na direção de resultados a serem alcançados.

Para avaliar o desempenho dos programas do governo, os resultados das ações de governo e as funções de governo de forma agregada ou individual, é necessário estabelecer os critérios de avaliação (CAIDEN; CAIDEN, 2001; COSTA; CASTANHAR, 2003; SECCHI, 2013). Os critérios de avaliação (eficiência; eficácia; impacto ou efetividade; sustentabilidade; análise custo-efetividade; satisfação do beneficiário; equidade etc.) são medidas para a aferição do resultado obtido (COSTA; CASTANHAR, 2003). De acordo com Secchi (2013), os critérios de avaliação de políticas públicas são mecanismos lógicos que servem como base para escolhas ou julgamentos.

Diante do exposto, surge a seguinte questão: **Qual foi o desempenho dos gestores públicos municipais na alocação dos recursos financeiros por meio da execução orçamentária da despesa por funções de governo?** Assim, o objetivo desta pesquisa é avaliar o desempenho dos gestores públicos municipais na alocação dos recursos financeiros por meio da execução orçamentária da despesa em funções de governo, segundo a classificação do Ministério do Planejamento, Orçamento e

Gestão (MPOG), com métrica de gestão por índice.

Esta pesquisa se justifica pela relevância que o tema avaliação de ações governamentais tem para a sociedade. Os governos devem pautar suas administrações no princípio da eficiência. Os cidadãos disponibilizam os recursos para as entidades públicas e assim têm o direito de exercer o controle social: participar, fiscalizar, monitorar e controlar a gestão pública. A alocação dos recursos financeiros por meio da execução orçamentária da despesa representa uma forma de avaliar as preferências alocativas de governos municipais na implementação das políticas públicas.

Os serviços de contabilidade, além de permitir o acompanhamento da execução orçamentária e levantar os balanços gerais, devem analisar e interpretar os resultados. Do ponto de vista social, pode-se ampliar o conhecimento dos cidadãos para poderem exercer o controle social. As pesquisas de avaliação de resultados de gestão pública contribuem com a diminuição da assimetria da informação existente na relação entre o gestor público e os cidadãos. Portanto, os resultados deste estudo podem contribuir com a literatura sobre avaliação de eficiência nos governos locais e estimular a realização de outras pesquisas.

A pesquisa está amparada pelas Teorias da Escolha Pública, *Stakeholders* e Medição, e, para atingir o objetivo proposto, este artigo está dividido em cinco seções. Após esta introdução, a seção dois traz a revisão da literatura. A seção seguinte, os procedimentos metodológicos. A quarta seção mostra os resultados da pesquisa e discussões. A quinta seção trata das considerações finais.

REVISÃO DA LITERATURA

Avaliação de Desempenho no Setor Público

Os resultados ou desempenho de um dado programa, para Draibe (2001), são aferidos pelos indicadores que medem os graus, as quantidades e os níveis de qualidade com que as metas programáticas foram cumpridas. Costa e Castanhar (2003) asseveram que a avaliação de desempenho sempre teve importância no setor público independentemente da conjuntura de crise.

Webb e Blandin (2006) esclarecem que as organizações governamentais devem adotar avaliação de desempenho em sistemas baseados em resultados. De acordo com Schillemans (2015), mecanismos de *accountability* estão entre os meios mais importantes com que os governos protegem e melhoram o desempenho das organizações do setor público e são de importância crucial nas democracias.

Mensurar um desempenho, de acordo com Pereira (2011), expressa o sentido quantitativo do termo avaliação: refere-se à quantificação de atributos de um objeto, com o intuito de serem demonstrados numericamente.

Nesse sentido, Figueiredo Filho *et al.* (2013) esclarecem que os indicadores permitem estimar a efetividade das ações governamentais e avaliar em que medida o dinheiro público está sendo eficientemente utilizado. A construção e a divulgação de indicadores sociais têm um papel fundamental no planejamento e execução das ações públicas.

Teoria da Escolha Pública

Pereira (1997) esclarece que a Teoria da Escolha Pública foi escrita por economistas e um cientista político (origem

mais recente da teoria), entre as décadas de cinquenta e sessenta: Kenneth Arrow (1951), Duncan Black (1958), Anthony Downs (1957), Mancur Olson (1965), William Riker, James Buchanan e Gordon Tullock (1962). Neste contexto, Musgrave e Musgrave (1980) esclarecem que a maximização do voto foi esboçada pelo economista Joseph Schumpeter e devolvido por Anthony Downs: o político maximiza os seus votos de maneira a manter no poder e o eleitor maximiza os benefícios líquidos que ele obtém dos gastos governamentais em relação aos gastos em que ele incorre em função da tributação.

Hill (1999) argumenta que existem três razões básicas, com base na Teoria da Escolha Pública, que leva à conclusão do governo ineficiente: o efeito racional da ignorância, o efeito especial do interesse e o efeito miopia.

O efeito racional da ignorância sugere que os eleitores terão pouco incentivo para buscar informações, a fim de emitir um voto consciente, porque seus votos individuais não são suscetíveis de serem decisivos. O efeito especial do interesse argumenta que o processo político favorecerá questões que concentram benefícios mediante pequenos grupos de pessoas, mas também pode repartir os custos entre muitos outros eleitores. Esse princípio, combinado com o efeito racional da ignorância, significa que o processo político não vai necessariamente levar a resultados eficientes, pois os programas com benefícios concentrados gerarão apoio considerável, mesmo que os custos superam os benefícios. O efeito miopia descreve que os políticos tendem a apoiar ações que tenham resultado imediato e facilmente reconhecido os seus benefícios (HILL, 1999).

A hipótese fundamental do modelo teórico de comportamento da Teoria da Escolha Pública, segundo Correia (2000), é que em todas as esferas de ação os sujeitos particulares comportam-se da mesma forma que usam o mercado. A consequência imediata é que em todas as manifestações políticas, os sujeitos pretendem, em última análise, o seu próprio benefício.

Na literatura encontram-se pesquisas realizadas (FOUCAULT; FRANÇOIS, 2005; FOUCAULT; MADIES; PATY, 2008; AIDT; VEIGA; VEIGA, 2011; ABBOTT; JONES, 2013), na ótica da Teoria da Escolha Pública que destacam o comportamento oportunista dos gastos dos governos por ocasião das eleições (antes, durante e depois).

Foucault e François (2005) demonstraram, por pesquisa empírica, que as decisões de governo locais (91 cidades francesas mais populosas, avaliadas no período de 1977 a 2001) são influenciadas pela agenda política. As despesas operacionais e de capital aumentaram em anos eleitorais substancialmente e, em menor medida, nos anos anteriores às eleições, o que prova a existência de um ciclo político-econômico oportunista. Em contraste, houve uma diminuição das despesas, independentemente da sua natureza, durante o ano seguinte ao da eleição.

Foucault, Madies e Paty (2008) concluíram, com evidências empíricas, que os governos locais (municipais) da França apresentaram comportamento oportunista com aumentos de todas as categorias de despesas públicas em períodos pré-eleitorais. Concluíram também, que as despesas correntes em matéria de emprego temporário são suscetíveis de serem utilizadas para evitar problemas de coesão social nas cidades analisadas.

Os resultados empíricos divulgados na pesquisa de Aidt, Veiga e Veiga (2011),

realizados em municípios portugueses, apoiaram claramente a hipótese de que o oportunismo compensa como maiores gastos no ano eleitoral, quando comparado com o prazo médio de eleição ou, simplesmente em euros *per capita*. O oportunismo também será maior quando o titular concorre para a reeleição, quando ele pertence a um partido de esquerda, e quando há aumentos nas transferências de capital do governo central no ano eleitoral.

Abbott e Jones (2013) ao analisarem as despesas pró-cíclicas por diferentes níveis de governo (20 países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE entre 1995 e 2006), sob a ótica da Teoria da Escolha Pública, e verificaram o impacto que a distribuição do poder fiscal em transferências intergovernamentais exerce como incentivos eleitorais em todos os ramos do governo sobre o padrão de ciclicidade em todas as categorias de despesas (por exemplo, corrente e investimentos em defesa, educação, segurança social e outros itens de linha orçamental).

Como contribuições da Teoria da Escolha Pública, destacam: (1) maximização dos votos pelos políticos para se manterem no poder; (2) benefícios líquidos que o eleitor obtém dos gastos governamentais em relação aos gastos em que ele incorre em função da tributação; (3) ciclos político-econômicos caracterizados pelo aumento da despesa pública em período pré-eleitoral, seguidos por tensões inflacionárias e políticas restritivas no período pós-eleitoral pelos governos (comportamento oportunista dos gastos públicos); (4) ineficiência da administração pública, ausência de incentivos, problemas com obtenção de informação acerca das preferências dos cidadãos e rigidez constitucional.

Teoria dos Stakeholders

Para Freeman *et al.* (2010), a Teoria dos *Stakeholders* surgiu como uma versão para compreender e solucionar três problemas de negócios: compreensão de como o valor é criado e comercializado; conexão da ética e do capitalismo; e ajuda a pensar sobre a gestão de tal forma que os dois primeiros problemas são abordados.

O pressuposto principal da Teoria dos *Stakeholders* é que a eficácia de uma organização é medida pela sua capacidade de satisfazer não só os acionistas, mas também os agentes que têm uma participação na organização (GOMES, 2006).

A análise da Teoria dos *Stakeholders*, para Freeman *et al.* (2010), no processo de políticas públicas, é útil para mapear os grupos constituintes, a estrutura de poder, as redes de políticas e a comunidade. Nesse sentido, pode ser usada para identificar o potencial de cada parte interessada em controlar o grupo, formar coalização, identificar o poder relativo etc.

Para Connolly e Hyndman (2013), a Teoria dos *Stakeholders* pode ser ligada a temas em contabilidade e *accountability*. O argumento central proposto por Freeman era que as organizações envolvidas com as partes interessadas numa base de confiança e cooperação mútua, iriam construir legitimidade e reputação que lhes daria uma vantagem competitiva sobre os rivais.

A Teoria dos *Stakeholders*, segundo Silveira, Yoshinaga e Borba (2005), possui suas raízes principalmente na sociologia, no comportamento organizacional e na política de interesses de grupos específicos em que os administradores formulam e implementam para satisfazer todos os grupos que tenham interesses em jogo na empresa. De acordo com Campos (2006), o principal segmento

que as organizações têm o objetivo de atender são os acionistas (*stakeholders*), sendo que os demais (consumidores, empregados etc.) são importantes na medida em que puderem contribuir para a geração de lucros.

As principais contribuições da Teoria dos *Stakeholders* são: (1) identificação das partes interessadas e as posições percebidas na organização; (2) compreensão dos processos da organização utilizados de forma explícita ou implícita para gerenciar o relacionamento com seus *stakeholders* e deixá-los intervenientes no processo; (3) compreensão do conjunto de operações ou transações entre a organização e seus *stakeholders* e deduzir se essas negociações cabem no mapa das partes interessadas e processos utilizados pela organização para interagir com os seus *stakeholders*.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Caracterizações da Pesquisa e do Método

Esta pesquisa classifica-se como pesquisa de avaliação de resultados com a utilização da pesquisa quantitativa (empirismo). Martins e Theóphilo (2009) esclarecem que a pesquisa de avaliação é uma estratégia de investigação aplicada para avaliar programas, projetos, políticas etc.

O estudo foi desenvolvido com o método empírico-analítico (arquivo/empirista - banco de dados) que corresponde à utilização de técnica de coleta, tratamento e análise de dados com métricas quantitativas. Conforme Matias-Pereira (2012), o processo de validação da prova científica no método empírico-analítico é feito por meio de testes de instrumentos, graus de significância e sistematização das definições operacionais.

A mensuração quantitativa é utilizada para calcular o índice de desempenho (instrumento de avaliação) da execução orçamentária da despesa por funções de governo. A mensuração quantitativa está fundamentada na Teoria da Medição (ARIAS, 2010; COHEN; FRANCO, 2012; MARTINS, 2005).

Para Arias (2010), a Teoria da Representação da Medição ou simplesmente Teoria da Medição, a medição, no sentido mais amplo, é a atribuição de números a objetos ou eventos, de acordo com as regras.

De acordo com Cohen e Franco (2012), pela Teoria da Medição, os números são símbolos com dois significados: o quantitativo habitual, que implica que com eles podem ser realizadas operações algébricas, e o qualitativo, que pode significar uma denominação arbitrária ou estabelecer uma ordem. Martins (2005) esclarece que a estatística não cria leis ou teorias, seu grande valor está em fornecer subsídios para que o pesquisador utilize as informações relevantes, visando à construção ou verificação de teorias.

População, Amostra e Coleta de Dados

A população da pesquisa (universo) são todos os municípios brasileiros (5.570), segundo o IBGE (2014). A escolha dos municípios está fundamentada no crescimento de importância dos municípios na promoção do desenvolvimento socioeconômico (KLERING; SCHRÖEDER, 2008).

A amostra desta investigação é não probabilística (intencional), em que foram consideradas como elemento de escolha os 50 municípios brasileiros (8.97% do universo) mais populosos (ano base de 2013, dados disponibilizados pelo IBGE), que concentravam mais de 26% da quantidade

dos habitantes do Brasil. A relação dos municípios consta na Tabela 1.

Os dados sobre os exercícios financeiros do período de 2002 a 2014 (aspecto temporal da pesquisa) foram extraídos dos Demonstrativos das Execuções das Despesas por Função/Subfunção, disponíveis no sítio eletrônico da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) (BRASIL, 2015), e a quantidade de habitantes de cada município, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2014).

Escolhas de Variáveis e o Critério de Avaliação

As variáveis escolhidas foram as funções de governo (*inputs*) de competência dos gestores públicos municipais executadas ou não, no período de 2002 a 2014. Assim, as funções não executadas por algum município em determinado ano (mas relacionada em sua competência) também foram incluídas na avaliação, ou seja, foi atribuído o valor zero para continuarem na pesquisa.

Os valores das funções de governo foram divididos pelo número de habitantes (*per capita*). O tamanho dos municípios por número de habitantes é recomendado por Brown (1993) e referendado por Maher e Nollenberger (2009), quando se avalia o desempenho.

O Quadro 1 apresenta as funções de governo escolhidas para calcular o desempenho dos gestores públicos municipais com métrica de gestão por índice.

Avaliação de desempenho dos gestores públicos municipais na execução orçamentária de despesa em funções de governo de suas competências - total de 19 funções	
Legislativa (LEG) [1] Administração (ADM) [4] Assistência Social (ASS) [8] Previdência Social (PRE) [9] Saúde (SAD) [10] Trabalho (TRA) [11] Educação (EDU) [12] Cultura (CUL) [13] Direitos da Cidadania (DIR) [14] Urbanismo (URB) [15]	Habitação (HAB) [16] Gestão Ambiental (GES) [18] Ciência e Tecnologia (CIE) [19] Agricultura (AGR) [20] Indústria (IND) [22] Comércio e Serviços (COS) [23] Transporte (TRN) [26] Desporto e Lazer (DES) [27] Encargos Especiais (ENC) [28]
Funções excluídas da avaliação de desempenho dos gestores públicos municipais na execução orçamentária da despesa por funções de governo - total de 9 funções (valores atípicos)	
Judiciária (JUD) [2] Essencial à Justiça (ESS) [3] Defesa Nacional (DEF) [5] Segurança Pública (SEG) [6]	Relações Exteriores (REL) [7] Saneamento (SAN) [17] Organização Agrária (ORG) [21] Comunicações (COM) [24] Energia (ENE) [25]
Legenda: [n] = sequência da função na Portaria nº 42/1999 - MPOG.	

Quadro 1 - Escolhas de variáveis para calcular o índice de desempenho

Fonte: elaborado pelos autores, a partir das informações contidas na Portaria nº 42/1999 - MPOG.

O índice para avaliar o desempenho dos gestores públicos municipais na execução orçamentária de despesa em funções de governo de suas competências é composto de 19 funções (Quadro 1). Nesta pesquisa, foi denominado de Índice de Desempenho de Funções de Governo (IDFG). O IDFG foi aplicado em cada um dos treze exercícios financeiros, do período de 2002 a 2014, para, assim, evidenciar uma perspectiva dinâmica de avaliação de desempenho.

O IDFG não encontra abordagem em outros estudos. Constitui, assim, uma contribuição desta pesquisa para servir como instrumento de avaliação de desempenho de gestores públicos municipais.

Do total de 28 (vinte e oito) funções de governo previstas pelo MPOG para agregar o maior nível das despesas que competem ao setor público (Portaria nº 42/1999 - MPOG), 9 (nove) foram excluídas (valores atípicos, ou seja, são valores diferentes das demais variáveis em análises): judiciária; essencial à justiça; defesa nacional; relações exteriores;

organização agrária; comunicações e energia por não serem relacionadas nas suas áreas de competências e as funções segurança pública e saneamento por falta de execução por municípios da amostra, pelos motivos a seguir relatados.

Quanto à função segurança pública, os municípios podem e devem executar despesas com ações de segurança na forma de proteção preventiva, conforme preceitua a Constituição Federal (parágrafo 8º do Art. 144) (BRASIL, 1988) e a Lei nº 13.022, de 08 de agosto de 2014 (BRASIL, 2014). Entretanto, foi observado que vários municípios (por exemplos: Olinda - PE; Carapicuíba - SP e Montes Claros - MG) não executaram as despesas na função, no período de 2002 a 2014 e outros, realizaram, como por exemplos, Santos (PERRENOUD, 2007) e Recife (RICARDO; CARUSO, 2007), em anos diferenciados nos exercícios financeiros avaliados.

A função saneamento também foi excluída das avaliações por não ter sido executada por todos os municípios da

amostra, como por exemplos os municípios de Natal (RN), Salvador (BA) e Fortaleza (CE). Natal - RN (Resolução nº 004/2008, de 19 de junho de 2008) (NATAL, 2008), Salvador (BA) e Fortaleza (CE) atribuíram, por intermédio de contratos de concessão, a execução dessa função para as Companhias de Águas e Esgotos dos referidos Estados e a partir de 2007 é que foi estabelecido o Plano Nacional de Saneamento Básico (PNSB) - Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007 (BRASIL, 2007).

Nesta investigação, o critério estabelecido nas avaliações de desempenhos (2002 a 2014) é o da eficiência alocativa (REZENDE, 1997; BUGARIN, 2001; GIRALDES, 2005; NINA; FERNÁNDEZ, 2011). A eficiência alocativa avalia a relação entre os recursos gerais da sociedade e os resultados obtidos através da sua utilização em termos de obtenção de bem-estar para todos os indivíduos (GIRALDES, 2005). Segundo Bugarin (2001), a eficiência alocativa, trata a questão de como distribuir os recursos e a própria produção. Para Nina e Fernández (2011), a eficiência alocativa é alcançada quando os recursos são distribuídos de uma forma que maximiza o bem-estar da sociedade. Para Rezende (1997), os recursos alocados por um governo traduzem o tipo e a natureza do padrão de preferências alocativas de tal governo.

Nesse contexto, esta pesquisa avalia a eficiência da alocação dos recursos financeiros (*inputs*) para atender às comunidades de forma agregada nas funções de governo elencadas em consonância com a classificação dada pelo MPOG, a partir de uma visão macro de desempenho entre os gestores públicos municipais.

O desempenho é apurado pelo resultado da ponderação dos coeficientes e as variâncias das variáveis (funções de governo) em relação aos escores padronizados, a partir de equações lineares. O efeito prático da

avaliação é que o melhor desempenho traduz a maior eficiência alocativa na distribuição dos recursos financeiros para atender a população. As preferências alocativas são evidenciadas pela distribuição dos recursos financeiros nas diversas funções de competência dos gestores públicos municipais avaliados.

Técnica de Análise e Interpretação dos Dados

A técnica de análise e interpretação dos dados escolhida para avaliar o desempenho dos gestores públicos municipais por índice foi a Análise de Componentes Principais (ACP). A técnica multivariada permite construir índices de desempenhos a partir da variância, a qual traduz a informação contida em cada variável escolhida.

As variáveis observadas são decompostas em seus autovalores (variâncias) e autovetores (coeficientes normalizados) em equações de combinações lineares. Todas as variáveis observadas são padronizadas e incluídas nas equações dos escores de desempenhos dos componentes principais. A padronização das variáveis é realizada pelo valor da variável menos a média do grupo das variáveis avaliadas divididas pelo desvio-padrão. A padronização é denominada de escore padrão ou *z-escore* (SILVA, 2016).

Os autovalores representam o poder explicativo do componente em relação à variância das variáveis originais (observadas) e os autovetores são os coeficientes das variáveis *X* padronizadas usados para calcular escores dos componentes principais (MANLY, 2008; AYRES, 2012).

Os escores de desempenhos na Análise de Componentes Principais (ACP), de acordo com Mingoti (2007), são calculados com base no somatório dos autovetores normalizados multiplicados pelas variáveis padronizadas

(variáveis menos a média das variáveis divididas pelo desvio-padrão das variáveis). Para Kubrusly (2001), na construção de índices com combinações lineares de variáveis é desejável que esses tenham a maior variância possível.

Timm (2002) argumenta que os componentes principais são usados para descobrir e interpretar as dependências que existem entre as variáveis, e para examinar as relações que possam existir entre os indivíduos.

O Quadro 2 sintetiza a fórmula de calcular os índices de desempenhos pela Análise de Componentes Principais (ACP), com base na literatura destacada (KUBRUSLY, 2001; TIMM, 2002; MINGOTI, 2007; MANLY, 2008; AYRES, 2012; SILVA, 2016).

$Y_n = A_1Z_1 + A_2Z_2 + \dots + A_nZ_n$ (equações lineares)
Y_n = escores dos componentes principais dos autovalores >1 [somatório dos autovetores normalizados multiplicados pelas variáveis padronizadas]
A_n = autovetores normalizados (coeficientes de autovetores de X_n) - ponderações das variáveis
Z_n = variáveis padronizadas $(X - \bar{X}) /$ desvio-padrão de X [variáveis menos a média das variáveis divididas pelo desvio-padrão das variáveis]
$IGD = \sum Y_n \lambda_n / \sum \lambda_n$ [somatório dos escores dos componentes principais dos autovalores >1 multiplicados pelos autovalores de cada componente dividido pelo somatório dos autovalores]
IGD = Índice Geral de Desempenho - ordenação [ranking de desempenho com base nos escores dos componentes principais dos autovalores >1]
λ_n = autovalores >1 (ponderação do Índice Geral de Desempenho)
Interpolação dos resultados na faixa de 100 a 0
Denominação do índice elaborado:
- Índice de Desempenho de Funções de Governo (IDFG)

Quadro 2 - Fórmula de cálculo de índices de desempenhos com a ACP

Fonte: elaborado pelos autores

No IDFG, a variância é igual a 19, que corresponde a 19 funções de governo

utilizadas como variáveis e foram gerados também 19 autovetores (coeficientes para todas as variáveis). Os autovalores dos componentes 1 a 9 foram utilizados como média ponderada para calcular o IDFG. No caso, no ano de 2002, o somatório dos componentes 1 a 9 representaram 82.65% da variância $(5.2177 + 2.1249 + 1.6846 + 1.4971 + 1.3102 + 1.2229 + 0.9883 + 0.9410 + 0.7169 = 15.7036 / 19)$.

Os escores dos desempenhos do IDFG (na Tabela 1 constam apenas as posições finais do ranking) foram calculados com base em nove equações lineares (escores dos componentes principais 1 a 9) em cada ano (total de cento e dezessete equações) para obter a porcentagem superior a 80% da soma das variâncias (variabilidade dos escores) para os p componentes (MINGOTI, 2007; MANLY, 2008).

Foi realizado, ainda, o teste de confiabilidade. Para Bisquerra, Sarriera e Martínez (2004), a confiabilidade refere-se à constância ou estabilidade dos resultados que proporciona um instrumento de medida. Os coeficientes de confiabilidade são interpretados como uma correlação e valores altos (acima de 0.75) são confiáveis. O modelo de Guttman (BISQUERRA; SARRIERA; MARTÍNEZ, 2004), propõe seis coeficientes (Lambda) e o mais alto representa o modelo.

No IDFG dos anos de 2002 a 2014 o Lambda (coeficiente) foi de 0.994 (teste de confiabilidade). Isto significa que o IDFG proporciona um instrumento de medida na avaliação de desempenho dos gestores públicos municipais na alocação de recursos financeiros na execução orçamentária de despesa em funções de suas competências (19 funções).

Os cálculos da Análise de Componentes Principais (ACP) foram

realizados com o *software* BioEstat 5.0® (AYRES *et al.*, 2007).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Tabela 1 apresenta as posições finais do *ranking* de desempenho dos gestores públicos municipais com relação às 19 funções de governo (Quadro 1), evidenciadas por municípios posicionados na ordem decrescente do número de habitantes. O IDFG foi aplicado em cada ano dos treze exercícios financeiros do período de 2002 a 2014.

Os dados das variáveis que compõem o IDFG (Tabela 1) atendem aos pressupostos previstos para utilizar a técnica da ACP: a matriz de correlação não é identidade e nem diagonal com o teste de significância menor que 0,05 (existe correlação e não são independentes). O qui-quadrado calculado do Teste de Esfericidade de Bartlett é maior que o valor crítico (tabela de distribuição do qui-quadrado), assim, atende aos esclarecimentos de Mingoti (2007) e os determinantes das matrizes são maiores do que 0,00001 (FIELD, 2009).

Tabela 1 - Índice de Desempenho de Funções de Governo (IDFG) dos anos de 2002 a 2014 - *ranking*

Municípios/Anos/Posição	02 P	03 P	04 P	05 P	06 P	07 P	08 P	09 P	10 P	11 P	12 P	13 P	14 P
São Paulo (SP)	4°	4°	3°	5°	7°	3°	4°	2°	2°	2°	2°	4°	3°
Rio de Janeiro (RJ)	1°	1°	2°	1°	1°	4°	6°	11°	15°	7°	3°	6°	4°
Salvador (BA)	37°	30°	26°	40°	36°	45°	42°	44°	39°	41°	23°	48°	6°
Fortaleza (CE)	39°	38°	35°	41°	42°	31°	37°	36°	29°	36°	26°	26°	25°
Belo Horizonte (MG)	2°	8°	5°	11°	11°	5°	19°	3°	8°	4°	6°	3°	5°
Manaus (AM)	30°	23°	29°	28°	22°	37°	39°	41°	38°	37°	29°	40°	19°
Curitiba (PR)	10°	10°	8°	12°	4°	28°	7°	17°	16°	16°	5°	9°	14°
Recife (PE)	19°	18°	20°	21°	19°	24°	22°	27°	28°	38°	13°	15°	8°
Porto Alegre (RS)	7°	6°	6°	8°	12°	6°	15°	7°	10°	12°	7°	7°	12°
Belém (PA)	36°	28°	21°	37°	35°	43°	36°	38°	45°	40°	21°	41°	41°
Goiânia (GO)	20°	24°	18°	23°	25°	16°	31°	18°	30°	27°	39°	8°	38°
Guarulhos (SP)	16°	19°	17°	22°	23°	23°	17°	26°	18°	21°	20°	18°	21°
Campinas (SP)	9°	5°	7°	4°	6°	12°	8°	5°	9°	14°	12°	17°	9°
São Luís (MA)	31°	33°	31°	27°	31°	21°	35°	22°	20°	20°	40°	29°	31°
São Gonçalo (RJ)	49°	49°	50°	50°	50°	50°	50°	48°	49°	49°	49°	50°	48°
Maceió (AL)	35°	42°	36°	43°	44°	41°	40°	43°	44°	44°	44°	46°	46°
Natal (RN)	32°	29°	34°	39°	21°	26°	16°	33°	37°	35°	30°	39°	15°
Teresina (PI)	40°	41°	40°	35°	40°	27°	32°	29°	27°	34°	36°	32°	29°
Campo Grande (MS)	14°	21°	13°	29°	20°	13°	18°	15°	7°	13°	33°	10°	11°
São Bernardo do Campo (SP)	3°	3°	1°	2°	5°	2°	1°	14°	1°	1°	4°	1°	2°
João Pessoa (PB)	38°	31°	19°	24°	34°	36°	34°	21°	26°	25°	32°	27°	33°
Santo André (SP)	18°	16°	42°	15°	28°	11°	27°	19°	11°	18°	35°	13°	30°
Osasco (SP)	26°	32°	24°	26°	41°	15°	28°	35°	5°	10°	18°	11°	17°
Ribeirão Preto (SP)	15°	15°	15°	17°	14°	14°	13°	4°	25°	17°	14°	21°	20°
Uberlândia (MG)	29°	34°	38°	33°	29°	32°	24°	34°	31°	32°	42°	33°	44°
Contagem (MG)	24°	39°	32°	34°	43°	30°	33°	32°	34°	29°	22°	34°	36°
Aracaju (SE)	17°	20°	16°	16°	26°	29°	21°	28°	32°	19°	19°	28°	26°

Feira de Santana (BA)	50°	47°	46°	45°	45°	46°	44°	45°	47°	43°	47°	43°	45°
Cuiabá (MT)	25°	25°	27°	30°	27°	34°	29°	30°	35°	23°	15°	23°	28°
Joinville (SC)	22°	14°	22°	7°	13°	17°	11°	16°	22°	22°	28°	30°	27°
Juiz de Fora (MG)	34°	27°	23°	19°	16°	18°	26°	20°	21°	15°	38°	24°	43°
Londrina (PR)	12°	12°	28°	13°	17°	19°	41°	10°	24°	6°	25°	25°	37°
Aparecida de Goiânia (GO)	47°	50°	49°	48°	48°	49°	49°	50°	50°	50°	48°	44°	49°
Niterói (RJ)	5°	2°	10°	9°	9°	8°	10°	13°	12°	9°	10°	14°	7°
Porto Velho (RO)	41°	43°	39°	38°	37°	35°	30°	25°	33°	31°	34°	37°	40°
Serra (ES)	33°	36°	43°	25°	15°	33°	12°	24°	23°	28°	16°	36°	24°
Caxias do Sul (RS)	13°	13°	11°	14°	10°	10°	14°	8°	13°	11°	17°	19°	23°
Vila Velha (ES)	44°	46°	44°	46°	39°	40°	38°	46°	40°	45°	37°	42°	32°
Florianópolis (SC)	21°	17°	12°	18°	18°	25°	9°	12°	17°	26°	11°	20°	13°
Macapá (AP)	43°	45°	45°	47°	47°	42°	47°	37°	46°	48°	46°	49°	47°
São José do Rio Preto (SP)	28°	26°	30°	32°	32°	22°	23°	31°	19°	33°	27°	16°	35°
Santos (SP)	11°	9°	4°	10°	8°	1°	2°	1°	4°	3°	1°	2°	1°
Mogi das Cruzes (SP)	27°	35°	33°	31°	30°	39°	25°	42°	36°	24°	24°	31°	16°
Diadema (SP)	23°	22°	25°	20°	24°	20°	20°	23°	14°	30°	31°	22°	22°
Betim (MG)	6°	11°	14°	6°	2°	9°	5°	9°	3°	8°	9°	12°	18°
Campina Grande (PB)	42°	37°	37°	42°	38°	44°	45°	40°	42°	42°	41°	38°	39°
Jundiá (SP)	8°	7°	9°	3°	3°	7°	3°	6°	6°	5°	8°	5°	10°
Olinda (PE)	46°	44°	47°	44°	46°	47°	46°	47°	41°	47°	45°	45°	34°
Carapicuíba (SP)	48°	48°	48°	49°	49°	48°	48°	49°	48°	46°	43°	35°	42°
Montes Claros (MG)	45°	40°	41°	36°	33°	38°	43°	39°	43°	39°	50°	47°	50°

Legenda: Anos: 02 = 2002; 03 = 2003; 04 = 2004; 05 = 2005; 06 = 2006; 07 = 2007; 08 = 2008; 09 = 2009; 10 = 2010; 11 = 2011; 12 = 2012; 13 = 2013; 14 = 2014. P = posição no ranking de desempenho.

Fonte: elaborado pelos autores.

O município de São Bernardo do Campo (SP) destaca-se com o melhor desempenho (mais eficiente) na 1ª posição do *ranking* mostrado na Tabela 1 em cinco anos: 2004; 2008; 2010; 2011 e 2013 e em quatro anos estão os municípios do Rio de Janeiro (RJ): 2002; 2003; 2005 e 2006 e Santos (SP): 2007; 2009; 2012 e 2014. Isto significa que no conjunto das variáveis que compõem as 19 funções de governo os recursos médios aplicados superaram os demais municípios da amostra. Assim, o melhor desempenho (avaliação comparativa) pelo critério da eficiência alocativa significa maior eficiência na distribuição dos recursos financeiros nas funções de governo para atender as necessidades da população.

Os piores desempenhos (últimas posições) são indicados para os municípios de São Gonçalo (RJ) em seis anos: 2004; 2005; 2006; 2007; 2008 e 2013; Aparecida de Goiânia (GO) em quatro anos: 2003; 2009; 2010 e 2011; Montes Claros (MG) em dois anos: 2012 e 2014 e Feira de Santana (BA) em um ano: 2002. Isso significa baixa e falta de execução de despesas. O pior desempenho significa menor eficiência na distribuição dos recursos financeiros nas funções de governo para atender as necessidades da população.

Maior gasto na execução da despesa por funções de governo não significa o melhor desempenho. Os resultados, neste estudo, apontaram que o melhor desempenho está relacionado com: (1) a aplicação diversificada de recursos nas

diversas funções de governo (variáveis); (2) as funções (variáveis) que são mais importantes no contexto do componente que integra o índice (por exemplo, no ano de 2008, São Bernardo do Campo aplicou menos recursos que o município de São Paulo, mas ficou na 1ª posição do *ranking* do IDFG, haja vista que aplicou mais recursos nas funções trabalho e transporte - São Paulo ficou na 2ª posição); (3) os resultados das variáveis padronizadas com desvios-padrão maiores (por exemplo, no ano de 2014, Salvador aplicou menos recursos que Goiânia, mas ficou na 6ª posição, haja vista que obteve maiores desvios-padrão em diversas funções de governo, tais como: urbanismo, comércio e serviços e transporte - Goiânia ficou na 38ª posição).

Os resultados do IDFG de 2002 a 2014 apontaram que o maior desempenho é a combinação da aplicação de recursos nas diversas funções que compõem a execução orçamentária da despesa.

Os resultados também apontaram que o desempenho é diminuído pela falta de aplicação de recursos em funções de governo (por consequência geram *z-score* negativos - abaixo da média) e pela aplicação de recursos menor que a média do grupo avaliado (*z-score* negativos).

O tamanho do município, considerado a partir da variável quantidade da população, também não é fator de melhor desempenho na aplicação dos recursos públicos. Observa-se, na Tabela 1, que os municípios Rio de Janeiro (RJ), São Bernardo do Campo (SP) e Santos (SP) obtiveram as primeiras posições do *ranking* e São Paulo (SP) ficou na 2ª posição.

As variações nas posições do *ranking* de um município não estão diretamente ligadas aos seus gastos de forma isolada e sim no contexto do grupo em que está sendo avaliado (desempenho). O desempenho de

um ano independe de outro ano. Conforme esclarecimentos do TCU (BRASIL, 2010), as avaliações de desempenho são essencialmente comparativas.

Com base na estatística descritiva (valores mínimos, máximos, médias e desvios-padrão), foi verificado que não houve execução de despesas por alguns dos municípios da amostra nas funções: trabalho (por exemplos: Salvador de 2002 a 2004; São Gonçalo de 2002 a 2005; Aparecida de Goiânia de 2002 a 2010; Ribeirão Preto de 2009 a 2014); indústria (Natal de 2002 a 2006; Montes Claros de 2002 a 2006 e de 2011 a 2014); comércio e serviços (Campinas em 2002; Curitiba em 2014; Goiânia em 2012) e transporte (Fortaleza, Curitiba, Recife, Natal, Joinville, Jundiá em 2012, 2013 e 2014; Manaus de 2002 a 2014).

As funções saúde e educação se destacaram como executadas em todos os anos. Gastos com educação apresentaram os maiores valores mínimos nos anos 2002; 2003; 2004; 2006; 2007; 2008; 2013 e saúde em: 2005; 2009; 2010; 2011; 2012; 2014.

Nas 19 funções que compõem o IDFG, a função saúde apresentou os valores máximos gastos em: 2009; 2010; 2011; 2012; 2013; 2014 e urbanismo em: 2002; 2003; 2004; 2005; 2006; 2007; 2008.

No caso da função encargos especiais, pode-se considerar que uma situação ideal (utilizar apenas recursos arrecadados ou recebidos por transferências legais) é não ter despesas, ou seja, não utilizar recursos de terceiros. Mas, as entidades públicas recorrem aos empréstimos e financiamentos e assim terão que realizar os seus pagamentos. Entretanto, o município de Campo Grande (MS) se destaca, no período de 2002 a 2014, por não ter realizado despesas na função encargos especiais.

Conforme explorado na Teoria da Escolha Pública (PEREIRA, 1997), o

comportamento oportunista dos gastos dos governos por ocasião das eleições (antes, durante e depois) e divulgado nas pesquisas de Foucault e François (2005), Foucault, Madies e Paty (2008), Aidt, Veiga e Veiga (2011) e por Abbott e Jones (2013), pode ser observado no IDFG com base nos coeficientes (autovetores) do componente 1 (maior representatividade no coeficiente) que foram utilizados na elaboração do índice de desempenho em que o *ranking* final consta na Tabela 1.

Nas eleições municipais de 2004, as funções de governo: legislativa; assistência social; previdência social; trabalho; urbanismo e transporte apresentaram maior representatividade no ano eleitoral em relação ao ano anterior (2003) e posterior (2005). Fato idêntico para as eleições de 2008 nas funções: legislativa; administração; previdência social; saúde; trabalho; cultura e desporto e lazer e para as eleições de 2012: cultura; direitos da cidadania; comércio e serviços e desporto e lazer. A escolha dessas funções pelos gestores municipais sugere preferências alocativas de recursos para retornos (resultados) imediatos (Teoria da Escolha Pública). Em contrapartida, podem faltar recursos para atender ações de outras funções que poderiam beneficiar os cidadãos – principais interessados, conforme argumentos baseados na Teoria dos *Stakeholders* (CAMPOS, 2006; FREEMAN *et al.*, 2010).

Estes achados são convalidados com as pesquisas de Sakurai e Gremaud (2007) e Sakuri (2009), que também encontraram aumentos de despesas em períodos eleitorais em municípios brasileiros.

O aumento de gastos nos anos eleitorais nas funções assistência social, previdência social e trabalho pode ser

esclarecido, com o efeito miopia, como uma das razões que leva à conclusão do governo ineficiente defendida pela Teoria da Escolha Pública (HILL, 1999): os políticos tendem a apoiar ações que tenham resultado imediato e facilmente reconhecido os seus benefícios. Nesse sentido, Correia (2000) argumenta que o processo eleitoral é governado pelos interesses dos governantes em serem reeleitos e pela tendência dos eleitores a reagirem ao estímulo material.

Pela Teoria dos *Stakeholders* (SILVEIRA; YOSHINAGA, BORBA, 2005; VIEIRA; COSTA; BOAVENTURA, 2011; RICARDO, 2012), como partes interessadas estão os cidadãos, os órgãos de fiscalização (Controladorias, Tribunais de Contas etc.) e os gestores públicos. Os cidadãos (*policytakers*) são os principais destinatários das políticas públicas e são rotulados como uma categoria passiva, mas essa situação pode mudar com os movimentos sociais (SECCH, 2013). Os órgãos de fiscalização devem incluir em suas rotinas a utilização de índices e indicadores nas suas avaliações de desempenho, haja vista que podem identificar problemas na gestão.

Na perspectiva da Teoria dos *Stakeholders* (HARRISON; ROUSE; DE VILLIERS, 2012), a medição de desempenho pode e deve ser utilizada no setor público. A elaboração do IDFG é uma forma de medir desempenho no setor público.

Observa-se, nesta investigação, uma aplicação da Teoria da Escolha Pública para identificar comportamentos oportunistas por ocasião do período eleitoral e a contribuição da Teoria dos *Stakeholders* para identificar as principais partes interessadas na aplicação de recursos públicos nas funções de governo.

A elaboração de índices e *rankings* de desempenhos no setor público também é

observada na literatura (SOARES *et al.*, 1999; CUNHA; PEREZ; AIDAR, 2001; MANSO; SIMÕES, 2007; RESENDE; FERNANDES; SILVA, 2007; FROEHLICH; NEUMANN, 2007; SILVEIRA; SILVEIRA, 2008; MARQUES, 2010; SOARES *et al.*, 2011). Entretanto, as abordagens diferem do presente estudo em relação às variáveis utilizadas (funções de governo) e forma apresentada nos procedimentos metodológicos para calcular os índices de desempenho.

Convém ressaltar que as comparações dos achados desta investigação com outros estudos são parciais, haja vista que são realizadas avaliações de algumas funções de governo (principalmente saúde, educação) e não foram encontradas pesquisas similares na literatura pesquisada (SOARES *et al.*, 1999; CUNHA; PEREZ; AIDAR, 2001; MANSO; SIMÕES, 2007; RESENDE; FERNANDES; SILVA, 2007; FROEHLICH; NEUMANN, 2007; SILVEIRA; SILVEIRA, 2008; VARELA; MARTINS; CORRAR, 2009; FEITOSA LOPES *et al.*, 2010; MARQUES, 2010; ARISTOVNIK, 2011; SOARES *et al.*, 2011; VARELA; MARTINS; FÁVERO, 2012; JOHNES; BRADLEY; LITTLE, 2012; KONDROTAITE, 2012; FAVERO; MEIER, 2013; DAL VESCO HEIN; SCARPIN, 2014; DIEL *et al.*, 2014; MACÊDO *et al.*, 2015; HORA *et al.*, 2015) para avaliarem como *inputs* 19 funções de governo de competência dos gestores públicos municipais, com a utilização de índice de desempenho, elaborado com a métrica da Análise de Componentes Principais (ACP). Desse modo, observa-se que esta investigação contribui com a literatura de avaliação de políticas públicas em pesquisas acadêmicas.

Analisando em conjunto as variáveis (funções de governo), observa-se que a variável educação foi a mais importante (maior valor de autovetor - valores na faixa de 0,3331 a 0,3979) no componente 1 (maior

variância possível), no período de 2002 a 2013 e em 2014 foi a variável previdência social. Isso significa maior influência no cálculo do IDFG.

A variável legislativa foi a segunda de maior valor no período de 2002 a 2012, saúde em 2013 e cultura no ano de 2014. Na terceira posição, a variável saúde ficou de 2002 a 2007, previdência social em 2008, 2011 e 2013, assistência social em 2009 e 2010 e educação em 2014. As variáveis agricultura, indústria, ciência e tecnologia, direitos da cidadania, transporte apresentaram os menores valores (menor importância na composição dos índices de desempenhos).

A proporção da variância da variável educação no componente 1 no ano de 2002 é explicada em 74.47% (0.863^2) e no ano de 2014 é explicada em 38.93% (0.624^2). A função previdência social no ano de 2002 foi explicada em 15.60 (0.395^2) e em 2014 em 4.45% (0.211^2). No período de 2002 a 2014, o maior coeficiente de determinação (R^2) foi obtido pela variável educação no ano de 2003 em 82.44% (0.908^2). Os coeficientes de determinação são calculados na Análise de Componentes Principais (ACP) pela rotação das cargas fatoriais.

As variáveis agricultura, indústria, ciência e tecnologia, direitos da cidadania e transporte apresentaram os menores valores de cargas do componente 1. Isso significa baixo poder de explicação na composição das variáveis do componente 1. As variáveis não foram excluídas, haja vista que o propósito desta investigação é elaborar um índice de desempenho com 19 variáveis (funções de governo).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os gastos públicos, caracterizados pelo resultado das contas públicas, são a evidenciação das políticas de gestão

efetuadas pelos governantes. As funções de governo sintetizam os segmentos em que as organizações do Estado atuaram em programas, projetos, atividades e em operações realizadas para o desenvolvimento social e econômico da sociedade. As funções de governo (saúde, educação, transporte, saneamento, cultura etc.) representam operacionalizações de políticas públicas nas diversas áreas de intervenção.

A execução orçamentária da despesa por funções de governo, conforme a classificação do MPOG, representa os resultados decorrentes das decisões dos gestores de diferentes ideologias partidárias (mudanças de governo), do cumprimento dos limites obrigatórios e constitucionais (restrições ao poder discricionário no orçamento) dos gastos, das mudanças de orientação dos instrumentos de planejamento do setor público (Plano Plurianual; Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual). Enfim, representam a realidade das aplicações dos recursos em prol da sociedade.

A elaboração de índices de desempenhos do setor público pode ser realizada com a utilização dos métodos quantitativos, observando as propriedades (cobertura nacional, atualização a custos razoáveis, historicidade etc.) exigidas dos indicadores para o seu emprego na pesquisa avaliativa acadêmica e/ou na formulação e avaliação de políticas públicas. Nesse sentido, a Análise de Componentes Principais (ACP) ao utilizar a variância (autovalores), coeficientes das variáveis (autovetores), os *z-scores* (padronização das variáveis), permite elaborar índices de desempenhos a partir de equações lineares.

Considerando o objetivo proposto, esta investigação avaliou o desempenho dos gestores públicos municipais na alocação dos

recursos financeiros por meio da execução orçamentária da despesa em funções de governo, segundo a classificação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), com métrica de gestão por índice.

Verifica-se, nesta investigação, que não existe correlação entre o maior gasto na execução da despesa por funções de governo com o melhor desempenho. O desempenho relativo depende da administração eficiente dos recursos e não da maior quantidade: municípios maiores nem sempre são os com melhores indicadores de desempenho.

O desempenho relativo depende de muitos fatores (gastos privados; localização; perfil da população; critérios de transferências de recursos por outros entes governamentais; capacidade tributária etc.) e a alocação de recursos financeiros em funções de governo corresponde a um desses fatores.

O desempenho dos gestores públicos municipais com base no Índice de Desempenho de Funções de Governo (IDFG) apontaram que os municípios de São Bernardo do Campo (SP), Rio de Janeiro (RJ) e Santos (SP) ficaram com os melhores desempenhos (mais eficientes) e com os piores desempenhos (últimas posições - menos eficientes) ficaram os municípios de São Gonçalo (RJ), Aparecida de Goiânia (GO), Montes Claros (MG) e Feira de Santana.

Os achados sobre o posicionamento dos municípios no *ranking* de desempenho (IDFG) convalidam a assertiva de que maiores gastos na execução da despesa por funções de governo não significa o melhor desempenho: os municípios de São Paulo (SP), Salvador (BA), Fortaleza (CE) e Belo Horizonte (MG) não estão entre os de melhores desempenhos.

Como principais contribuições do estudo ao desenvolvimento da literatura podem ser destacadas:

a) A perspectiva dinâmica de desempenho de gestores públicos municipais ao longo de treze exercícios financeiros (2002 a 2014);

b) A utilização da métrica da Análise de Componentes Principais (ACP) para criar índice de desempenho, inovando em relação aos estudos anteriores sobre funções de governo (utilização do número de variáveis);

c) A elaboração de instrumento de avaliação de desempenho de gestores públicos por índices para medir *inputs*, operacionalizadas por funções de governo nas diversas áreas de intervenção, que pode ser adaptada para medir *outputs* e *outcomes* em políticas públicas.

Deve-se ressaltar, ainda, que a pesquisa contribui como uma das formas de avaliar desempenho no setor público (eficiência alocativa de recursos financeiros em funções de governo para atender a população), haja vista que o conceito de desempenho apresenta variações semânticas e conceituais.

Contudo, apesar do rigor metodológico, a pesquisa apresenta características que podem ser consideradas como limitações, e se referem à confiabilidade dos dados de recursos financeiros (*inputs*) coletados do sítio eletrônico da Secretaria do

Tesouro Nacional (STN) e que os resultados observados são específicos para o estudo, ou seja, não podem ser generalizados. Cada amostra intencional, apresentará de forma individualizada os seus resultados.

Como sugestões para futuras pesquisas, recomenda-se a utilização de outros estratos na amostra de municípios, bem como os Estados e o Distrito Federal (o universo) e por anos de gestão, qualquer entidade pública (Federal, Estadual, Distrital e/ou Municipal) para avaliar o desempenho e identificar as preferências alocativas dos recursos nas funções de governo (*inputs*). As pesquisas avaliativas são relevantes para os cidadãos exercerem o controle social e, para os governantes, podem servir como instrumentos de avaliação.

REFERÊNCIAS

ABBOTT, A.; JONES, P. Procyclical government spending: a public choice analysis. **Public Choice** (2013) 154:243–258.

AGUM, R.; RISCADO, P.; MENEZES, M. Políticas Públicas: Conceitos e Análise em Revisão. **Revista Agenda Política**, Vol.3 – n.2 – julho/dezembro – 2015, p. 12-42.

AIDT, T. S.; VEIGA, F. J.; VEIGA, L. G. Election results and opportunistic policies: A new test of the rational political business cycle model. **Public Choice** (2011) 148: 21-44.

ARIAS, E. R. Estadística: Medición, Descripción e Inferencia. **Perspectivas Psicológicas**, Santo Domingo (Rep. Dom.), Volúmenes 6 y 7. Año X. 2010, 126-172, Edición Especial.

ARISTOVNIK, A. An analysis of the efficiency of education spending in central and Eastern Europe. Management, Knowledge and Learning (MakeLearn) International Conference, 22nd to 24th. **Anais...** Celje, Slovenia, June 2011.

AYRES, M. **Elementos de bioestatística: a seiva do açazeiro**. 2. ed. Belém: Supercores, 2012.

_____. AYRES JÚNIOR, M.; AYRES, D. L.; SANTOS, A. A. S.; AYRES, L. L. **BioEstat 5.0** – Aplicações estatísticas nas áreas das ciências biomédicas. Belém, PA: Sociedade Civil Mamirauá, 2007. PA.

BISQUERRA, R.; SARRIERA, J. C.; MARTÍNEZ, F. **Introdução à estatística: enfoque informático com o pacote estatístico SPSS**. Tradução de Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed, 2004.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília-DF, 05 de outubro de 1988.

_____. Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis n. 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília-DF, 08 de janeiro de 2007.

_____. Lei nº 13.022, de 08 de agosto de 2014. Dispõe sobre o Estatuto Geral das Guardas Municipais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília-DF, 11 de agosto de 2014.

_____. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional (STN). **Sobre Prefeituras e Governos Estaduais**. Disponível em: <<https://www.tesouro.fazenda.gov.br/finbra-financas-municipais>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999. Atualiza a discriminação da despesa por funções de que tratam o inciso I do § 1º do art. 2º e § 2º do art. 8º, ambos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, estabelece os conceitos de função, subfunção, programa, projeto, atividade, operações especiais, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília-DF, 15 de abril de 1999.

_____. Tribunal de Contas da União (TCU). Portaria SEGECEX nº 33, de 23 de dezembro de 2010 - **Técnica de indicadores de desempenho para auditorias**. Brasília, 11 de janeiro de 2011 - Ano XLIV - Nº 3.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). Secretaria de Gestão. Melhoria da gestão pública por meio da definição de um guia referencial para medição do desempenho da gestão, e controle para o gerenciamento dos indicadores de eficiência, eficácia e de resultados do programa nacional de gestão pública e desburocratização. **Produto 4: guia referencial para medição de desempenho e manual para construção de indicadores**. Brasília-DF, dezembro de 2009.

BROWN, K. W. The 10-Point Test of Financial Condition: Toward an Easy-to-Use Assessment Tool for Smaller Cities. **Government Finance Review**, p. 21-26, December 1993.

BUGARIN, P. S. O princípio constitucional da eficiência: um enfoque doutrinário multidisciplinar. **Revista do TCU**, Brasília, v. 32, n. 87, p. 39-50, jan./mar 2001.

- CAIDEN; G. E.; CAIDEN, N. J. Enfoques y lineamientos para el seguimiento, la medición y la evaluación del desempeño en programas del sector público. **Revista do Serviço Público**. Ano 52, Número 1, pp. 78-102, Jan-Mar, 2001.
- CAMPOS, T. L. C. Políticas para Stakeholders: um objetivo ou uma estratégia organizacional? **RAC - Revista de Administração Contemporânea**, v. 10, n. 4, Out./Dez. 2006: 111-130.
- COHEN, E.; FRANCO, R. **Avaliação de projetos sociais**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.
- CONNOLLY, C.; HYNDMAN, N. Towards charity accountability: narrowing the gap between provision and needs? **Public Management Review**, 15:7, 945-968, (2013).
- CORREIA, C. P. A Teoria da Escolha Pública: sentido, limites e implicações. **Boletim de Ciências Econômicas**, XLIII (2000), 547-594. Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.
- COSTA, F. L.; CASTANHAR, J. C. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. **RAP - Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro 37 (5): 969-92, Set./Out. 2003.
- CUNHA, J. M. P.; PEREZ, J. R. R.; AIDAR, T. Proposta metodológica de elaboração de indicador educacional sintético para os municípios. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v.18, p. 139-159, n.1/2, jan./dez. 2001.
- DAL VESCO, D. G.; HEIN, N.; SCARPIN, J. E. Análise dos indicadores de desempenho em municípios na região Sul do Brasil com até 100 mil habitantes. **Enf.: Ref. Cont. UEM - Paraná**, v. 33, n. 2, p. 19-34, maio/agosto 2014.
- DIEL, E. H.; DIEL, F. J.; SCHULZ, S. J.; CHIARELLO, T. C.; ROSA, F. S. Desempenho de municípios brasileiros em relação à estratégia de investimento público em educação. **Desenvolvimento em Questão**, Ano 12. n. 26, p. 79-107, abr./jun. 2014.
- DRAIBE, S. M. Avaliação de implementação: esboço de uma metodologia de trabalho em políticas públicas. In: BARREIRA, M. C. R. N.; CARVALHO; M. C. B. (Org.). **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001.
- FAVERO, N.; MEIER, K. J. Evaluating urban public schools: parents, teachers, and state assessments. **Public Administration Review**, Vol. 73, Iss. 3, pp. 401-412. 2013.
- FEITOSA LOPES, D. A.; NETO, N. T; BARBOSA, M. P.; HOLANDA, M. C. Determinantes da eficiência dos gastos públicos municipais em educação e saúde: o caso do Ceará. **MPRA Munich Personal RePEc Archive** n. 24533, 20, p. 57-72. August. 2010 / 09:27.
- FIELD, A. **Descobrimo a estatística usando o SPSS**. Tradução de Lorí Viali. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- FIGUEIREDO FILHO, D. B.; PARANHOS, R.; ROCHA, E. C.; SILVA JR, J. A.; MAIA, R. G. Análise de componentes principais para construção de indicadores sociais. **Rev. Bras. Biom.**, São Paulo, v.31, n.1, p. 61-78, 2013.
- FOUCAULT, M. I; FRANÇOIS, A. La politique influence-t-elle les décisions publiques locales? Analyse empirique des budgets communaux de 1977 à 2001. In: **Politiques et Management Public**, vol. 23 n° 3, 2005. Le management public à l'épreuve de la politique. Actes du quatorzième Colloque international - Bordeaux, jeudi 17 mars et vendredi 18 mars 2005 organisé en collaboration avec Sciences-Po Bordeaux - Tome 1. pp. 79-100.
- FOUCAULT, M.; MADIES, T.; PATY, S. Public spending interactions and local politics. Empirical evidence from French municipalities. **Public Choice**, (2008) 137: 57-80.

- FREEMAN, R. E.; HARRISON, J. S.; WICKS, A. C.; PARMAR, B.; COLLE, S. **Stakeholder Theory: The State of the Art**. Cambridge University Press, Cambridge, 2010.
- FROEHLICH, C.; NEUMANN, L. Desenvolvimento humano em municípios gaúchos: um estudo através da análise fatorial. **Perspec. Contemp.**, Campo Mourão, v. 2, n. 2, p. 79-100, jul./dez. 2007.
- GIRALDES, M. R. Avaliação do SNS em Portugal: equidade *versus* eficiência. **Economia da Saúde**, v. 23, n. 2, p. 21-44, julho/dezembro 2005.
- GOMES, R. C. Stakeholder Management in the Local Government Decision-Making Area: Evidences from a Triangulation Study with the English Local Government. **RAC – Revista de Administração Contemporânea**, Edição Especial 2006, p. 77-98.
- HARRISON, J. A.; ROUSE, P.; DE VILLIERS, C. J. Accountability and Performance Measurement: A Stakeholder Perspective. **JCC: The Business and Economics Research Journal**, Volume 5, Issue 2, 2012, 243-258.
- HELDEN, G. J. V.; JOHNSEN, A.; VAKKURI, J. Distinctive research patterns on public sector performance measurement of public administration and accounting disciplines. **Public Management Review**, v. 10, n. 5, p. 641-65, 2008.
- HILL, P. J. Public Choice: A Review. **Faith & Economics**, n. 34, p. 1-10, 1999.
- HORA, A. L. B.; SHIMODA, E.; HORA, H. R. M.; COSTA, H. G. Análise da eficiência dos serviços de saneamento básico nos municípios do estado do Rio de Janeiro. **Pesquisa Operacional para o Desenvolvimento**. Rio de Janeiro, v.7, n.1, p. 55-81, janeiro a abril, 2015.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>>. Acesso em: 20 ago. 2014.
- JOHNES, J.; BRADLEY, S.; LITTLE, A. Efficiency in the further education sector in England. **Open Journal of Statistics**, 2012, 2, 131-140, Published Online January 2012.
- KLERING, L. R.; SCHRÖEDER, C. S. Políticas e estratégias públicas municipais: novos desafios novos desafios e perspectivas para o desenvolvimento local. **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 13, n. 2, p. 144 - 160, mai/ago. 2008.
- KONDROTAITE, G. Evaluation of the quality of public services in Lithuanian municipalities. **Intellectual Economics**, 2012, v. 6, n. 3, p. 393-411.
- KUBRUSLY, L. S. Um procedimento para calcular índices a partir de uma base de dados multivariados. **Pesquisa Operacional**, v. 21, n. 1, p. 107-117, 2001.
- MACÊDO, F. F. R. R.; KLOEPEL, N. R.; RODRIGUES JÚNIOR, M. M.; SCARPIN, J. E. Análise da eficiência dos recursos públicos direcionados à educação: estudo nos municípios do Estado do Paraná. **Administração Pública e Gestão Social**, 7(2), abr.-jun. 2015, 54-62.
- MAHER, C. S., NOLLENBERGER, K. Revisiting Kenneth Brown's "10-Point Test". **Government Finance Review**, October 2009.
- MANLY, B. J. F. **Métodos estatísticos multivariados**: uma introdução. Tradução de Sara Ianda Carmona. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2008.
- MANSO, J. R. P.; SIMÕES, N. M. Os municípios e a qualidade de vida em Portugal: proposta metodológica com vista à sua mensuração e ordenação. **Observatório para o Desenvolvimento Econômico e Social**. Universidade da Beira Interior, Covilhã - Portugal, 2007.

- MARQUES, A. F. Aplicação da análise multivariada na infraestrutura e no desempenho das escolas públicas do Ensino Fundamental e Médio pertencentes ao Núcleo Regional de Educação de Paranavaí. **Acta Scientiarum. Technology**, Maringá, v. 32, n. 1, p. 75-81, 2010.
- MARTINS, G. A. Falando sobre teorias e modelos nas ciências contábeis. **BBR – Brazilian Business Review**, v. 2, n. 2, Vitória-ES, Brasil – Jul / Dez 2005, pp. 131-144.
- _____. THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- MATIAS-PEREIRA, J. **Manual de metodologia da pesquisa Científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- MINGOTI, S. A. **Análise de dados através de métodos de estatística multivariada: uma abordagem aplicada**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.
- MUSGRAVE, R. A.; MUSGRAVE, P. B. **Finanças públicas: teoria e prática**. Tradução de Carlos Alberto Primo Braga. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- NATAL (Município). **Resolução nº 004/2008, de 19 de junho de 2008**. Estabelece as condições gerais na prestação dos serviços públicos de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário no Município de Natal, em conformidade com a Lei Municipal nº 5.346/2001, Lei Federal nº 11.445/2007.
- NINA, D. A.; FERNÁNDEZ, G. M. Q. Medición de la eficiencia asignativa mediante el análisis envolvente de datos en los municipios de Bolivia: caso municipios de Potosí. Departamento de Administración, Economía y Finanzas, **Revista Perspectivas**, Año 14, Nº 28, pp. 137-139, 2 do Semestre, 2011.
- PEREIRA, C. A. Avaliação de resultados e desempenhos. In: CATELLI, A. (Org). **Controladoria: uma abordagem da gestão econômica – GECON**. 2. ed. 9. Reimpressão. São Paulo: Atlas, 2011.
- PEREIRA, P. T. A teoria da escolha pública (*public choice*): uma abordagem neoliberal? **Análise Social**, vol. xxxii (141), 1997 (2.º), 419-442.
- PERRENOUD, R. Políticas municipais de segurança: a experiência de Santos. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, Ano 1, Edição 1, 2007, p. 92-101.
- REZENDE, F. C. Descentralização, gastos públicos e preferências alocativas dos governos locais no Brasil (1980-1994). **Dados**, v. 40, n. 3, Rio de Janeiro, 1997.
- REZENDE, M. L.; FERNANDES, L. P. S.; SILVA, A. M. R. Utilização da análise fatorial para determinar o potencial de crescimento econômico em uma região do sudeste do Brasil. **Revista Economia e Desenvolvimento**, n. 19, p. 92-109, 2007.
- RICARDO, G. Q. **Responsabilidad social universitaria: una nueva mirada a la relación de la universidad con la sociedad desde la perspectiva de las partes interesadas**. Un estudio de caso. 2012. Tesis doctoral. Universidad de Valladolid. Facultad de Educación y Trabajo Social. Disponible en: <<http://uvadoc.uva.es/handle/10324/923>>. Acceso en: 19 abr. 2015.
- RICARDO, C. M.; CARUSO, H. G. C. Segurança pública: um desafio para os municípios brasileiros. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, Ano 1, Edição 1, p. 102-119, 2007.
- SARAVIA, E. Introdução à teoria da política pública. In: SARAVIA, E.; FERRAREZI, E (Org.). **Políticas Públicas: coletânea**. Brasília, DF: ENAP, v. 1, 2006.
- SAKURAI, S. N. Ciclos políticos nas funções orçamentárias dos municípios brasileiros: uma análise para o período 1990 – 2005 via dados em painel. **Est. Econ.**, Pão Paulo, v. 39, n. 1, p. 39-58, janeiro-março, 2009.

_____. GREMAUD, A. P. Political business cycles: evidências empíricas para os municípios paulistas (1989 - 2001). **Econ. aplic.**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 27-54, janeiro-março, 2007.

SCHILLEMANS, T. Calibrating public sector accountability: translating experimental findings to public sector accountability. **Public Management Review**, v. 8, p.1-20, 2015.

SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2. Ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SILVA, M. C. **Avaliação de desempenho de governos municipais brasileiros na execução orçamentária da despesa por funções de governo**. 168 f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis). Programa Multi-institucional e Inter-regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Natal, RN, 2016.

SILVEIRA, A. D. M.; YOSHINAGA, C. E.; BORBA, P. R. F. Crítica à teoria dos *stakeholders* como função-objetivo corporativa. **Caderno de Pesquisas em Administração**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 33-42, janeiro/março 2005.

SILVEIRA; B. C.; SILVEIRA, A. O. A. Índice relativo de qualidade de saúde no Brasil: uma aplicação da análise de componentes principais. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. **Anais...** Rio Branco - Acre, 20 a 23 de julho de 2008.

SILVEIRA, A. D. M.; YOSHINAGA, C. E.; BORBA, P. R. F. Crítica à teoria dos *stakeholders* como função-objetivo corporativa. **Caderno de Pesquisas em Administração**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 33-42, janeiro/março 2005.

SOARES, A. C. L. G.; GOSSON, A. M. P. M.; MADEIRA, M. A. L. H.; TEIXEIRA, V. D. S. Índice de Desenvolvimento Municipal: hierarquização dos municípios do Ceará no ano de 1997. **R. Paran. Desenv.**, Curitiba, n.97, p. 71-89, set./dez. 1999.

SOARES, M.; LYRA, R. L. W. C.; HEIN, N.; KROENKE, A. O emprego da análise de balanços e métodos estatísticos na área pública: o *ranking* de gestão dos municípios catarinenses. **RAP - Revista de Administração Pública** - Rio de Janeiro, v. 45, n. 5, p. 1425-1443, 2011.

TIMM, N. H. **Applied multivariate analysis**. New York: Springer-Verlag, 2002.

VARELA, P. S.; MARTINS, G. A.; FÁVERO, L. P. L. Desempenho dos municípios paulistas: uma avaliação de eficiência da atenção básica à saúde. **R.Adm.**, São Paulo, v.47, n.4, p. 624-637, out./nov./dez. 2012.

_____; _____. CORRAR, L. J. Perfil dos gastos públicos versus perfil econômico-social dos municípios paulistas. **RCO - Revista de Contabilidade e Organizações** - FEARP/USP, v. 3, n. 5, p. 80-97 jan./abr. 2009.

VIEIRA, S. F. A.; COSTA, B. K.; BOAVENTURA, J. M. G. Análise de *stakeholders* aplicada em órgãos públicos: o caso da Secretaria de Estado do Turismo do Paraná. **Revista de Ciências da Administração**, v. 13, n. 31, p. 81-110, set/dez 2011.

WEBB, N. J.; BLANDIN, J. S. Evaluating executive performance in the public sector. **International Public Management Review - IPMR**, Volume 7, Issue 1, p. 98-117, 2006.

NOTA

(1) Doutor em Ciências Contábeis pela Programa UnB/UFPB/UFRN. Mestre em Ciências Contábeis pelo Programa Multi-institucional da Universidade de Brasília/UnB, Universidade Federal da Paraíba/UFPB, Universidade Federal de Pernambuco/UFPE e Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN. Especialista em Contabilidade e Controladoria Governamental pela Universidade Federal de Pernambuco/UFPE. Graduado em Ciências Contábeis pela Faculdade Colégio Moderno, Belém/PA. Professor Adjunto do Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN, Natal/RN. Professor no Mestrado em Ciências Contábeis da UFRN.

(2) Doutor em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo/FEA/USP. Mestre em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN. Especialista em Administração Universitária pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN. Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN. Professor Titular do Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN e Professor no Programa Multi-institucional e Inter-regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da UnB/UFRN/UFPB e no Mestrado em Ciências Contábeis da UFRN.

Enviado: 14/10/2016

Aceito: 31/03/2017